

ACTA N.º 25/2006

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 15 / 11 / 2006

PRESENCAS

PRESIDENTE : ESTÊVÃO MANUEL MACHADO PEREIRA

VEREADORES : JOÃO LUIS BATISTA PENETRA

MANUEL ANTÓNIO MENDES FADISTA

ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

RUI MANUEL BATISTA VARELA GUSMÃO

HORA DE ABERTURA : 14,30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO : 17 HORAS

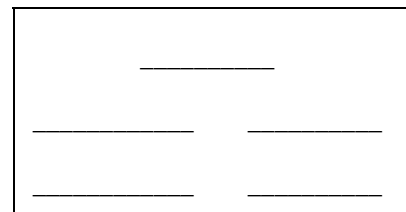
FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 14 / 11 / 2006

CAIXA	2.167,56 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.130.422,46 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/0000345430	826.619,95 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	1.146,52 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004565050	7.858,82 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004657650	4.971,32 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004692450	6.785,20 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004947850	5.985,55 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004991550	4.147,61 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005119750	11.822,19 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005270350	4.445,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005455530	13.686,84 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005511750	1.232,88 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	1.700,57 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005672550	158,06 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	739,03 €
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	55.738,97 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/13880012049	68.395,27 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	51.316,81 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	63.671,57 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.132.590,02 €
DOCUMENTOS	1.881,06 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.083.293,19 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	49.296,83 €

O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos. -----



Propôs a inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto adicional: -----

11) Proposta de aceitação de cedência gratuita de uma faixa de terreno para espaço público municipal. -----

Tendo a Câmara reconhecido urgência de deliberação imediata sobre este assunto, aprovou por unanimidade a sua inclusão na ordem do dia nos termos do artigo octogésimo terceiro da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Ponto um) Aprovação da acta da reunião anterior – Depois de lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade a acta número vinte e quatro relativa à reunião ordinária realizada no dia trinta e um de Outubro corrente. -----

Ponto dois) Informação sobre a actividade da Câmara – O senhor Presidente informou que no dia 31 de Outubro foi realizada na Câmara uma reunião com uma delegação francesa integrada no Programa Leader, reunião essa promovida pela Associação Terras Dentro. Está em causa a intenção de se poder vir a ajudar um dos Municípios franceses na área da olaria. Esse Município tem tradições no fabrico de loiça utilitária mas encontra-se sem qualquer actividade nessa área há cerca de 40 – 50 anos. A Associação Terras Dentro trouxe então até cá esta delegação com o objectivo de ser visitada uma olaria em Viana – objectivo esse que foi concretizado – e poder no futuro ser proporcionada formação em França por parte de um oleiro de Viana. -----

- O senhor Presidente informou também que no dia 3 de Novembro participou numa reunião com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas relativamente ao IC33, conjuntamente com os Presidentes de todas as Câmaras abrangidas pelo eixo do referido IC. Disse o senhor Presidente que uma hora antes desta reunião foi realizada uma outra na qual não esteve presente mas que contou com a participação das Câmaras de Sines e Santiago do Cacém, a propósito do IP8. Na reunião sobre o IC33, o senhor Secretário de Estado disse claramente que este não era uma prioridade do Governo e que para a região em causa a prioridade era sem dúvida o IP8. Dado que se prevê que o estudo prévio do IC33 esteja concluído no 3.º trimestre de 2007, será então depois altura de reavaliar o assunto e possivelmente chamando o Município de Évora para este processo, decidir sobre as medidas a tomar no sentido de pressionar novamente a construção deste itinerário. O senhor Vereador Costa da Silva referiu que o Município de Elvas tem um projecto estruturante relacionado com a plataforma logística de Elvas pelo que, por razões de estratégia, será oportuno chamá-lo também para este processo. O senhor Vereador Rui Gusmão manifestou a sua total concordância com esta opinião. -----

----- O senhor Presidente referiu também que no dia 13 de Novembro tiveram lugar no



Cine-Teatro Vianense as comemorações do S. Martinho das escolas. -----

----- O senhor Presidente informou ainda que em cumprimento da lógica de rotatividade dos cargos na Associação de Municípios do Alentejo Central, ele próprio passou a assumir a Presidência do Conselho Directivo da Associação, tendo passado a 1.º vogal o Presidente da Câmara Municipal de Alvito e a 2.º vogal o Presidente da Câmara Municipal de Cuba. Também o Presidente da Assembleia Intermunicipal passou a ser o Presidente da Câmara Municipal da Vidigueira, em 2.º lugar o Presidente da Câmara Municipal de Portel e em 3.º lugar o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cuba. -----

----- O senhor Presidente deu conhecimento da publicação da Portaria n.º 1211/2006, de 13 de Novembro relativa aos estágios profissionais. Referiu que após a entrada em vigor desta Portaria, o que ocorrerá no próximo dia 18 de Novembro, não será possível realizar mais estágios profissionais nos moldes que vinham sendo praticados. -----

----- O senhor Presidente perguntou aos senhores Vereadores os eventuais contributos para os Documentos Previsionais de 2007. O senhor Vereador Gusmão entregou, em resposta, um conjunto de propostas. O senhor Vereador Costa da Silva disse que contrariamente ao que fez no ano passado em que apresentou propostas quantificadas na área que lhe diz respeito – Saúde – este ano entendeu não as apresentar. Referiu que mesmo sem orçamento específico, as iniciativas podem ser apoiadas casuisticamente como até aqui tem sido feito dado não envolverem avultadas verbas. Referiu que outro tipo de trabalho que exigiria sim verbas orçamentadas não é compatível com a sua situação na Câmara que não é a tempo inteiro e que exigiria a disponibilização de bastante tempo voluntário da sua parte. -----

----- O senhor Presidente informou por fim sobre a recusa de visto do Tribunal de Contas no processo de empréstimo por conta do rateio de 2005. Tal recusa ficou a dever-se ao facto de não se poder utilizar em 2006, o rateio do ano anterior. -----

Ponto três) *Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística* – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----



Ponto quatro) **Aprovação da acta em minuta** – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta desta reunião em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Ponto cinco) **Proposta de instauração de processo de contra-ordenação e nomeação dos respectivos instrutor e escrivão (venda ambulante de peixe sem cartão)** – A Câmara deliberou por unanimidade instaurar um processo de contra-ordenação ao senhor Joaquim António Carrapeto por venda ambulante de peixe sem cartão. Nomeou instrutora a Dr.ª Cláudia Ribeiro e escrivã a funcionária Deolinda Bentinho. -----

Ponto seis) **Ratificação da 29.ª alteração ao Orçamento da Despesa** – A Câmara ratificou por unanimidade a 29.ª alteração ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto sete) **14.ª Proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos** – A Câmara aprovou por unanimidade a 14.ª proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

-

Ponto oito) **8.ª Proposta de alteração ao Plano de Actividades Municipais** – A Câmara aprovou por unanimidade a 8.ª proposta de alteração ao Plano de Actividades Municipais. -----

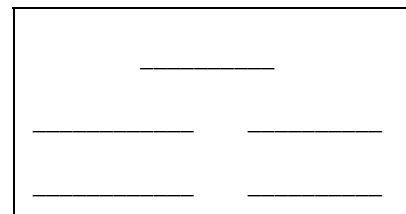
-

Ponto nove) **30.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa** – A Câmara aprovou por unanimidade a 30.ª proposta de alteração ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto dez) **Proposta de contratação de empréstimo de M/L prazo junto da Caixa Geral de Depósitos / Aprovação das cláusulas contratuais** – Na sequência do pedido de propostas para contratação de um empréstimo de M/L prazo até ao montante de 802.413,00 € destinado ao financiamento da obra de construção da Piscina Municipal em Alcáçovas, a Câmara manifestou a intenção de efectuar a referida contratação junto da Caixa Geral de Depósitos, na reunião extraordinária de 25 de Outubro de 2006. Nesta conformidade, foi realizada a audiência prévia das instituições bancárias preteridas, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Tendo decorrido o prazo da audiência prévia e não tendo havido qualquer reclamação, a Câmara deliberou por unanimidade contratar o referido empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos e aceitar as condições contratuais da respectiva proposta, designadamente:

1. **Natureza:** Abertura de crédito.
2. **Finalidade:** Financiamento do seguinte projecto de investimento:

* Construção da Piscina Municipal em Alcáçovas.



3. **Montante:** Até 802.413,00 €

4. **Prazo Global:** Até 12 anos.

5. **Período de utilização e diferimento:** Até 24 meses.

6. **Taxa de juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à “**Euribor a 3 ou 6 meses-base 360 dias**”, média dos últimos três dias anteriores ao início de cada período de referência (aceitando-se outro critério para a definição da taxa de juro/indexante), acrescida do “spread” de 0,114%.

A periodicidade dos vencimentos deverá ser igual ou inferior à do período implícito no indexante escolhido.

7. Pagamento dos juros e reembolso do capital:

7.1. Durante o período de utilização e diferimento os juros devidos pelo Município serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos postecipadamente ao trimestre ou semestre.

7.2. O empréstimo será reembolsado, após o termo do período de utilização e diferimento, em prestações trimestrais ou semestrais, postecipadas e sucessivas, de capital e juros. Em alternativa, pode o empréstimo ser reembolsado em prestações postecipadas, de capital constante e juros ao saldo (prestações decrescentes), admitindo-se, igualmente, que o Município possa, no decurso do prazo da operação, optar por vencimentos/prestações de periodicidade diferente da escolhida inicialmente.

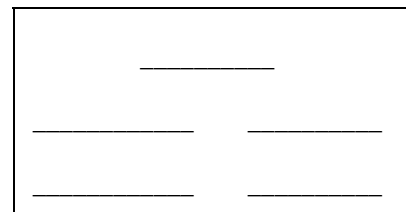
8. **Reembolso antecipado:** Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.

9. **Garantia:** Consignação de receitas previstas na Lei das Finanças Locais e respectivos diplomas regulamentares.

10. **Comissões:** Não há lugar à cobrança de comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão.

11. **Validade da proposta:** 60 dias.

Ponto onze) Proposta de aceitação de cedência gratuita de uma faixa de terreno para espaço público municipal – Foi presente uma informação do Chefe da Divisão de Administração Urbanística comunicando que o senhor Luis José Nunes Farrica, proprietário de um prédio denominado “Horta Seca”, sito na vila de Viana do Alentejo, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 111 da Secção M e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00636/891218, pretende ceder ao Município, para domínio público, uma área de 351,81 m², a



desanexar do prédio já identificado. A proposta do particular prende-se com o seu desejo de vir a realizar um destaque no prédio pretendendo desde já alinhar a frontaria do prédio sito na Rua do Convento bem como permitir que a azinhaga pública que limita esse prédio a poente, fique com uma largura adequada. Na referida informação, o Chefe da Divisão de Administração Urbanística refere ainda que o terreno em causa se insere na área de expansão da vila, na classe de “espaços urbanizáveis” e que a azinhaga pública junto ao Convento, ficando mais larga, irá no futuro corresponder certamente a uma via urbana estruturante na organização de toda essa área de expansão. O valor da faixa de terreno proposta para cedência gratuita é de mil euros e em termos de Plano Director Municipal nada há a observar, nomeadamente quanto a servidões ou restrições. Tendo em conta o conteúdo da informação, a Câmara deliberou por unanimidade aceitar a cedência gratuita da área de terreno já referida (351,81 m²) para domínio público municipal. -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas, tendo a minuta desta acta sido aprovada por unanimidade no final da reunião. -----

Eu, _____, Chefe da DAF, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,